

## LER É PODER:

### a criação das bibliotecas populares na cidade do Recife nas décadas de 1940-1960

Rosana Maria dos Santos<sup>1</sup>

Artigo recebido em: 29/07/2021.

Artigo aceito em: 28/03/2022.

#### RESUMO:

O artigo tem como objetivo analisar e problematizar a criação de bibliotecas populares na cidade do Recife nas décadas de 1940 a 1960 e a sua importância para o desenvolvimento das políticas públicas voltadas o fomento do nível cultural das classes populares. As bibliotecas populares conseguiram levar a leitura à população mais carente de recursos econômicos e culturais. Até o final do século XIX essas pessoas sequer poderiam usufruir dos bens públicos de uso comum do povo, como as praças e parques, cujo ingresso era limitado por grades, de sorte que apenas os privilegiados poderiam deles apropriar-se. Entretanto, a apropriação literária proporcionada aos populares foi definida e controlada pelo Estado, através das elites intelectuais do Recife.

**PALAVRAS-CHAVE:** Recife; Bibliotecas Populares; Departamento de Documentação e Cultura; Elites.

#### READING IS POWER:

the creation of popular libraries in the city of Recife in the 1940s – 1960s

#### ABSTRACT:

The article aims to analyze and discuss the creation of popular libraries in the city of Recife from the 1940s to the 1960s and its importance for the development of public policies aimed at promoting the cultural level of the people. Popular libraries were able to bring reading to the population most lacking in economic and cultural resources. Until the end of the 19th century, these people could not even enjoy the public goods of common use by the people, such as squares, parks, whose entrance was limited by bars, so that only the privileged could appropriate them. However,

---

<sup>1</sup> Doutoranda em história pelo programa de pós-graduação em história da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3900261605147923>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9295-8456>; E-mail: [rosanamaria.history@gmail.com](mailto:rosanamaria.history@gmail.com)

this literary appropriation provided to the people was defined and controlled by the State, through the intellectual elites of Recife.

**KEYWORDS:** Recife. Popular Libraries. Department of Documentation and Culture. Elites.

### **Os Primeiros Passos para a Construção do Recife ‘Moderno’**

O século XX foi marcado por uma forte mudança paisagística, econômica e social na cidade do Recife. No final do século XIX, a capital pernambucana era um dos principais centros de comercialização do país. Sua importância se estendia nas áreas político-administrativa, financeira e cultural. Esse desenvolvimento começou a atrair um grande contingente populacional, em busca de trabalho e melhores condições de vida.

No século XX o Brasil passa por um processo de modernização, e os centros urbanos foram os primeiros a mostrarem os sinais de progresso. A industrialização e a urbanização proporcionaram o alargamento da esfera dos direitos para os setores subalternos da sociedade, ou seja, os trabalhadores urbanos. Assim, a historiografia nos mostra que na década de 1930 a sociedade brasileira passou por profundas mudanças sociais, culturais e políticas. Segundo o historiador Boris Fausto, é no período Vargasista que o processo de urbanização e a participação da burguesia consolidam-se. Junto a esse processo de desenvolvimento e ascensão social burguesa, o Brasil também viveu um processo de transformação cultural e educacional (FAUSTO, 1976).

Nos anos de 1930, o Recife já apresentava claros sinais de modernização e contrastes sociais. A cidade contava com cerca de 1.148 empresas, das mais diversas áreas de produção; possuía uma indústria têxtil expressiva, com 5.453 operários, com destaque a Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco, que ficava situada no bairro da Torre. Em termos de habitação, existiam 23.210 mocambos e 23.869 prédios, com uma população que variava entre 238 mil (1920) e 348 mil (1940) (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2000).

O historiador Paul Singer traz grandes contribuições para o estudo do crescimento urbanísticos nas cidades nas décadas de 1950 e 1960, para ele o que houve no Brasil foi uma busca pela “economia política da urbanização”. Para Singer existem regiões cuja população emigra, já outras regiões recebem esta população, também conhecido como “fatores de atração.” Desse modo, o historiador afirma que o fator de atração mais importante é a demanda por força de trabalho derivado das atividades industriais, e dos serviços públicos, privados ou autônomos (SINGER, 1980).

O aumento populacional do Recife trouxe receio para as elites locais. Muitos homens e mulheres, em busca de melhores condições de vida e de renda, foram atraídos pelo “progresso”, mas, ao chegarem na capital, eles eram vistos pelos mais favorecidos economicamente como pessoas que possuíam comportamentos considerados fora dos padrões de civilidade (disciplina, ordem e trabalho) que se tentava impor aos moradores da cidade.<sup>2</sup>

O processo de industrialização do século XIX trouxe os traços iniciais para o processo de urbanização do Recife no século XX. O crescimento demográfico nas décadas de 1940-1950 e 1950-1960 foi de, respectivamente, 50,6% e 51,9%. Trata-se de um aumento populacional decorrentes do crescimento vegetativo e dos fluxos migratórios. Esse aumento populacional, no transcurso da década de 1950, significou a passagem de uma situação de quase equilíbrio da distribuição populacional entre urbana (55,5%) e rural (44,5%), para uma outra, em que há dominância da primeira (1960 - 65,7%) sobre a segunda (PONTUAL, 2001).

---

<sup>2</sup>Na década de 1910, o governo de Dantas Barreto trouxe propostas modernizadoras para o Estado. O seu governo foi marcado por uma maior articulação com os trabalhadores urbanos e por um forte discurso de progresso. Em 1926, o governo de Sérgio Loreto reformulou os serviços de saúde e higiene, a sua gestão foi marcada pelo lema: “urbanizar, civilizar e modernizar”. As elites dominantes buscavam fomentar, a todo o momento, a necessidade de um projeto modernizador, pois só o progresso seria capaz de eliminar as feições colônias do Recife. A capital pernambucana era marcada por contrastes visíveis: a cidade do progresso x a mucambópolis. PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **O Recife: história de uma cidade**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000, fascículo 07, p.49-50.

A modernização trouxe para a cidade grandes empresas, como a London e a Brazilian St. Ry. Consequentemente, essa industrialização resultou na chegada de mão de obra, principalmente de Ingleses que chegaram para trabalhar nas fábricas. Com isso, houve a necessidade de criação de locais onde esses trabalhadores pudessem realizar seus encontros, assim como também houve a criação de um ambiente em que as práticas culturais servissem como uma distinção social.

Bourdieu conceitua distinção como uma denúncia e, ao mesmo tempo, uma inspiração para um modelo de compreensão dos mecanismos sociais e culturais, que retira os fatores econômicos do epicentro das análises da sociedade porque remete as práticas de consumo culturais a uma estrutura relacional. Para o sociólogo, desde cedo o homem busca estabelecer que as práticas culturais junto com as preferências em assuntos como arte, educação, música, preferências políticas, entre outros, estão ligadas ao nível de instrução, capital acumulado e herança familiar (BOURDIEU, 2007).

Os locais de divertimento, lazer e espaços de leitura eram visitados por elementos da alta sociedade, e não permitiam que as camadas populares usufríssem desses bens culturais, pois eram espaços que serviam para distinguir economicamente e socialmente a população recifense. Segundo o historiador Raimundo Arrais (1998), esses espaços de lazer causavam uma grande sedução sobre as camadas populares. Por isso, torna-se comum a construção de grades em praças e jardins do Recife, que tinham por objetivo excluir os populares de certos lugares públicos, deixando bem claro até que ponto a exclusão social foi latente na urbe. As camadas pobres do Recife sofreram as mais diversas e variadas formas de controle. Essas tentativas de controle sobre o povo<sup>3</sup> eram pautadas em ações

---

<sup>3</sup> O conceito de povo pode ser estabelecido do ponto de vista político, jurídico e sociológico. Povo não é um conceito descritivo, mas operacional. Em outras palavras, não se trata de designar uma realidade da vida social, mas sim de analisar as situações nas quais esse termo é utilizado. Neste sentido, o conceito de povo neste trabalho “povo” deve ser compreendido não só aqueles que exercem a cidadania ativa, isto é, os eleitores, mas também todos os demais cidadãos (MULLER, 2004).

repressivas e coercivas, porém essas medidas foram incapazes de domesticar e disciplinar os corpos (ARRAIS, 1998).

A modernização implementada nas primeiras décadas do século XX alterou não apenas a aparência física da cidade, ela trouxe também intensas mudanças nos padrões de convivência dos seus habitantes. As novas regras e normas de convívio impostas por grupos pertencentes às elites implicavam no controle e na repressão de uma série de manifestações e práticas tradicionais, principalmente as que estavam ligadas às camadas populares. No entanto, padrões de comportamento e convivência social nos espaços de lazer e divertimento geraram momentos de conflitos e tensões, mas igualmente abriram possibilidades de trocas, apropriações e adaptações culturais entre os desiguais. As elites brigavam para dominar os espaços públicos, sobretudo, as ruas, porém não conseguiram controlar definitivamente esses lugares nem afastar os populares delas. A população recifense, principalmente os menos favorecidos economicamente, utilizavam os diversos espaços da cidade para o seu divertimento (COUCEIRO, 2003).

Nesse contexto, enquanto o sistema político e social estivesse sustentado por princípios de desigualdade e exclusão, as políticas culturais e educacionais estariam a serviço da dominação econômica e política das classes abastardas. Fazia-se necessário refletir sobre a relação de dirigentes e dirigidos. No entanto, para transformar essa relação, marcada pelo autoritarismo das elites, era preciso rever a distribuição desigual dos saberes, tanto no plano cultural quanto educacional.

No final da década de 1950 e início dos anos de 1960, houve um grande aumento populacional nas áreas urbanas do Recife. A população urbana, pela primeira vez aparecia no censo, maior que a população rural. Consequentemente, o processo de urbanização revelou o analfabetismo, que foi erigido no país como um problema pedagógico e político, transformando-se quase que de repente num rótulo, em um problema sem solução (FERRARO, 2009).

Foram nas décadas de 1950 e 1960, que os primeiros passos em direção ao processo de politização da cultura e da educação começam a andar a passos curtos.

A necessidade de criar políticas públicas trouxe transformações significativas para que as camadas populares pudessem contribuir e usufruir de projetos que visavam ‘democratizar’ a cultura e a educação.<sup>4</sup>

### **A Criação das Bibliotecas Populares no Recife**

Em março de 1939, foi criada pelo Prefeito do Recife, Antônio Novaes Filho, a Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo (DEPT), que tinha por objetivo realizar estudos estatísticos e promoção da atividade turística, sobretudo a de propaganda na capital pernambucana. A diretoria foi criada a partir de uma necessidade de atender aos turistas que chegavam ao Recife, sendo assim um dos principais incentivadoras de políticas públicas de turismo para a municipalidade.

A Diretoria estava subdividida em documentação, propaganda, publicidade e turismo, ficando sob sua responsabilidade arquivar e produzir grande parte dos documentos que ficaram para a posteridade: desde o seu acervo fotográfico até programas de rádio, assim como o fomento à prática cinematográfica. No que se refere ao turismo, o órgão buscava fazer parcerias entre as empresas privadas e o setor público para realização de excursões. Além do desenvolvimento das atividades citadas anteriormente, ela tinha a função de propagar a imagem do Estado e de seu Interventor Agamenon Magalhaes, nacional e internacionalmente (MARROQUIM, 2013).

Sobre o momento histórico que a Diretoria surge, Dulce Pandolfi (1984) nos relata que os seus primórdios ocorrem em um momento importante da história brasileira, dois anos antes de sua criação, em 1937, com a decretação do Estado Novo, houve mudanças significativas no país. Os governadores de cada Estado passaram a se chamar Interventores, que representavam todas as vontades de Getúlio Vargas. Em Pernambuco, o Interventor Federal indicado pelo Presidente

---

<sup>4</sup> Os anos de 1950 e 1960 foram marcados pela ascensão de duas lideranças políticas com características democrática e progressista, assim ficaram conhecidos os governos de Pelópidas Silveira e Miguel Arraes, ambos com perfil ideológico de esquerda, muito diferente de todos que já tinham governado o Recife e Pernambuco até então. Esses políticos nasceram da Frente do Recife (movimento político que unificava democratas, progressistas, trabalhistas, socialistas e comunistas). Eram Governos que pela primeira vez, atuavam junto às massas (periféricas na cidade do Recife, no caso de Pelópidas e camponeses explorados nas regiões produtoras de cana de açúcar, no caso de Arraes).

foi Agamenon Magalhães. O Interventor foi um grande articulador, tornou-se muito próximo do Presidente e foi um dos mentores do golpe e da estrutura político-administrativa do Estado Novo.

Ainda segundo a autora, o interventor estadual fez modificações no perfil urbano do Recife, através de um plano de remodelação, segundo o qual a miséria e a pobreza deveriam ser escondidas. A capital deveria ganhar *status* de um centro urbano limpo, onde a pobreza “aparentasse” não existir. Agamenon também realizou várias obras para a viabilização das indústrias e dos transportes, sobretudo, as que ligavam a capital ao interior do Estado.

Para prefeito da capital pernambucana, o interventor nomeou Novais Filho (administrou a cidade do Recife de 1937-1945), que ficou conhecido pela imprensa local como o “matuto”. A escolha de Novais Filho causou estranheza nos círculos políticos da cidade, essa singularidade foi fortemente veiculada pela imprensa local. No entanto, a nomeação do prefeito apresentava coerência, pois estava em conformidade com as alianças estabelecidas em Pernambuco, que almejavam incorporar grupos alijados do poder nos governos anteriores, entre eles estavam os fornecedores de cana. Além disso, o Novais Filho era uma das lideranças mais expressivas dos senhores de engenhos, o que lhe dava prestígio e força para exercer o cargo na Prefeitura. Novais Filho realizou mudanças na cidade, principalmente as de cunho paisagístico, pavimentou ruas, revitalizou e criou praças públicas. As transformações que a cidade vivenciou nessas duas décadas foram de suma importância para a construção de um Recife cultural (PONTUAL, 2001; e GOMINHO, 2011; TEIXEIRA, 2007; OLIVEIRA, 2008).

O sociólogo e economista, Manuel de Souza Barros, é um dos nomes que mais se destacam nesse período. Segundo Gusmão (1974), Souza Barros enquanto esteve à frente da Diretoria de Estatística e Propaganda (DEPT) e posteriormente da Diretoria de Documentação e Cultura (que na época era a Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife), desenvolveu trabalhos culturais de grande importância para



cidade, criou bibliotecas populares de ‘bairros’, discotecas, incentivou às artes populares e o lançamento da revista ‘arquivos’.<sup>5</sup>

Segundo Verri (2010) é de Manuel de Souza Barros o mérito da proposta de criação de bibliotecas na cidade do Recife, no entanto, a pesquisadora destaca a opção pelo termo bibliotecas distritais em detrimento de popular, já que as mesmas estavam imbuída pela política educacional estadonovista, e nos alerta que elas não deveriam ser interpretadas ou confundidas como um método de popularização, e muito menos deveriam ter relações com a preservação do folclore.

De acordo com Antônio Candido, a concepção de Souza Barros tem a ver com o período pós 1940, em que havia um certo repúdio do local. Nesse sentido, há uma predileção pelo pitoresco e extraliterário; e um novo anseio generalizador, procurando fazer da expressão literária um problema de inteligência formal e de pesquisa interior (CÂNDIDO, 1995).

O que motivou Manuel de Souza Barros a criar as bibliotecas distritais foi a sua insatisfação diante da atuação da Biblioteca Pública e do modo como ela funcionava. Não havia a intenção de divulgação de informações voltadas para o proletariado, por isso, Souza Barros defendia que até então nada foi feito em benefício do povo, pois a Biblioteca Pública sempre serviu apenas para pesquisadores e estudiosos<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> A principal revista que ajudou a propagar a vida cultural da cidade foi a revista Arquivos, sendo publicada entre os anos de 1942 e 1977. O Departamento de Estatística, Propaganda e Turismo utilizava a revista para divulgar os eventos que realizou ou apoiou, tais como: salões de pintura, exposições fotográficas. O departamento também produziu muitas publicações que buscavam evidenciar a vida cultural da cidade do Recife, dentre elas a artística. A revista era vinculada à Prefeitura Municipal do Recife.

<sup>6</sup> A tradição literária em Pernambuco tomou grande proporção, a partir do 1852, com a criação da Biblioteca Pública Provincial, através da Lei nº 293, obrigando as tipografias a lhe remeterem um exemplar de todas as publicações editadas. O seu primeiro regulamento foi aprovado e publicado em 1874. À época de sua criação, a literatura em Pernambuco residia no Gabinete Português de Leitura nas estantes particulares, nos compêndios e na bibliografia da Faculdade de Olinda. A primeira instalação da Biblioteca Pública foi junto ao Liceu Provincial, que deu origem ao Ginásio Pernambucano, onde funcionava o Hospital Paraíso, situado na Avenida Dantas Barreto. A biblioteca do estado de Pernambuco é marcada por uma constante mudança de localidades: em 1854, passou a funcionar no Colégio das Artes, na Rua do Hospício, atual Hospital Geral do Recife, em 1860 localizava-se no Convento do Carmo, entre 1875 a 1930 ficou localizada no Palacete da



De fato, apesar da longa existência da Biblioteca Pública, os benefícios de sua atuação eram limitados à participação de uns poucos usuários. Sem complementar o sistema educacional e sem força política, a Biblioteca Pública não se habilitava ou não apresentava condição de atuação mais ampla, restringindo-se suas atividades a uma elite e tradicional, de cunho conservador, voltado para pesquisa histórica ou jornalística (VERRI, 2010, p.87).

Diante de um cenário de miséria social e ineficiência da Biblioteca Pública, Souza Barros se destaca pela sua determinação e clareza em prover bibliotecas dinâmicas no Recife, chegando a apresentar sua proposta não apenas ao prefeito Novais filho, mas também ao diretor do Instituto Nacional do Livro, Augusto Meyer<sup>7</sup>. As fontes historiográficas deixam transparecer que Souza Barros só pediu apoio dos órgãos culturais, sob o controle do governo central, para colocar seus projetos em prática, pois encontrava resistência junto aos gestores da municipalidade. Souza Barros propôs, por diversas vezes, a criação de um novo órgão, com o objetivo de cuidar da leitura pública. A proposta foi adiada pelo prefeito Novais Filho, pois alegava que o estado estava passando por dificuldades financeiras. (BARROS, 1985; VERRI, 2021).

Para Cândido, 1995, p.7.

---

Câmara Municipal localizado na Praça da República. **BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**. Recife. Disponível em: <http://www.biblioteca.pe.gov.br/?pag=1&men=3> <URL>. Acesso em: 13, jun de 2021.

<sup>7</sup> O Instituto Nacional do Livro (INL) foi criado em dezembro de 1937, com sede na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, por iniciativa do ministro Gustavo Capanema. O Instituto tinha por objetivo a edição de obras literárias julgadas de interesse para a formação cultural da população, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacionais e a expansão, por todo o Brasil, de bibliotecas públicas (VERRI, 2010, p. 88). Para Suaiden (2000, p.53), a criação do INL deve-se a dois fatos: *o primeiro era uma resposta do governo federal aos intelectuais que haviam participado da Semana de Arte Moderna e que criticavam muito a administração pela falta de uma política cultural. O segundo fator era que havia necessidade de dar especial atenção à nova classe dos operários, pois basicamente a mão-de-obra não era qualificada e o analfabetismo atingia altas proporções nesse segmento.*

São incompressíveis certamente a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência á opressão etc.; e também o direito á crença, á opinião, ao lazer e, por que não, á arte e a literatura.

A proposta apresentada por Souza Barros foi interpretada, no que tange a composição do acervo das bibliotecas, era contrária às ideias do Estado Novo, visto que pretendia levar à população obras consideradas ‘vulgares’ e de grande aceitação pública (hoje conhecidos como *best-sellers*) que expressassem sentimentos universais, simplificando ou imbuindo questionamentos relativos às formações e relações sociais e de classe. O que não estava de acordo com as ideologias do governo (VERRI, 2010; CÂNDIDO 1995).

Para o literário, Antônio Cândido, a literatura é um instrumento de saber poderoso,

A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante (CÂNDIDO, 2011, p. 175).

O processo de circulação de livros nas bibliotecas públicas nesse período demonstra a ação política do Estado no controle e distribuição e do consumo literário, homogeneizando o que deveria ser lido, quem deveria ler e onde deveria ser lido. Com esses parâmetros, o incentivo ao hábito de leitura induzia e reduzia o surgimento de ideias contrárias as ideologias do governo. As bibliotecas foram importantes para o desenvolvimento das ciências, das letras e das artes, ou seja, a cultura popular foi excluída, privilegiando a produção cultural das elites. Segundo Abreu,

A leitura (e acesso à instrução escolar) faria perceber as desigualdades sociais, gerando descontentamento e insubordinação. Uma vez que os pobres deveriam permanecer pobres, seria melhor que não se alimentasse de idéias que os fizessem alterar seu estado. A vontade de manter a ordem estabelecida, silenciando desejos de transformação, esteve na base de muitos atos de perseguição de livros e autores, bem como de interdições de leituras (ABREU, 2000, p.14)

Não conformado, Souza Barros por meio de uma brecha no decreto lei nº144 de 1939 que atribuía à prefeitura incumbência de “investir na divulgação regular e oportuna dos principais fatos de ordem econômica, social e cultural”, consegue os recursos financeiros que precisava para colocar em prática seu projeto. Contudo, seus anseios não ficaram limitados a criação das bibliotecas, deve-se a ele também a criação na cidade do Recife de uma fototeca e discoteca que tinham por objetivo divulgar o patrimônio artístico, histórico, turístico e popular da cidade. Diante deste direcionamento proposto por Souza Barros, no dia 8 junho de 1945, através do decreto lei nº 428 a Diretoria de Estatística e Propaganda e Turismo (DEPT), passou a se chamar Diretoria de Documentação e Cultura (DDC).

[...] Considerando os termos do Decreto-lei nº 428, de 8 de junho de 1945, desta Prefeitura, que deu á D E.P.T. a denominação de Diretoria de Documentação e Cultura, cabendo à nova repartição não só a realização da maioria das tarefas impostas ao antigo departamento como, também, outros trabalhos ligados, sobretudo, á documentação das atividades do município como ao desenvolvimento de certas condições propícias á melhoria da cultura geral da coletividade [...] (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 1945).

A Diretoria seria dirigida por Manuel de Souza Barros, ela passou a ser uma ponte entre a qual o poder público desenvolvia as atividades que considerasse culturais. Ela construiu uma imagem, ao menos aos olhos da imprensa local, de um órgão comprometido com a cultura, educação e preservação documental da cidade. Contudo, desde 1948, segundo o relatório municipal, verifica-se que a Diretoria de

Documentação e Cultura reclamava da carência de verbas para dar continuidade ao seu trabalho, a saber, registro fotográfico das atividades municipais, turismo, publicação de periódicos Arquivos, Boletim da Cidade e do Porto do Recife e Praieiro, postos de salvamentos nas praias, discoteca, e implantação de biblioteca popular de Casa Amarela. Esses fatos nos permitem concluir que, mesmo diante de resultados tão positivos para o fomento da cultura e educação na cidade, a gestão municipal tratava com descaso essas políticas públicas (VERRI, 2010).

Ainda no ano de 1949, pelo decreto Lei nº 436, o prefeito Manuel César de Moraes Rêgo, autoriza instalação de Biblioteca Popular no bairro da Casa Amarela, em Beberibe. A Biblioteca do Bairro de Afogados foi criada pela Lei 1.686 em 5 de março de 1952 e inaugurada em 1955.



**Imagem:** Biblioteca Popular de Casa Amarela fundada pela DDC

**Fonte:** Bibliotecas Populares no Recife – Diretoria de Documentação e Cultura Municipal do Recife

**Acervo:** Fundação Joaquim Nabuco

Em 1953, durante a reforma administrativa determinada pelo prefeito José do Rego Maciel, a Diretoria passou a denominar-se Departamento de Documentação e Cultura. As atividades do Departamento sofreram vultosas mudanças, tanto nos seus serviços como na sua estrutura. Além disso, o Departamento passou a ser integrado por uma divisão de documentação e divulgação, que ficou responsável pelos serviços de arquivo, fototeca, filmoteca, publicidade, turismo e divulgação. Também era de responsabilidade do

Departamento promover a cultura e recreação no Recife, que tinha por finalidade proporcionar à população filmes, bibliotecas, discotecas, sessões de teatro e música. Ele ainda contava com setores de comunicação, estatística, pessoal e material, cujo principal interesse era promover tudo que englobasse a parte cultural do Recife.

Outros programas culturais desenvolvidos pelo DDC foram a biblioteca ambulante, que circulava pelos subúrbios do Recife; e um posto de empréstimos de livros na Avenida Guararapes, que fez muito sucesso entre os leitores. Mas famosa mesmo ficou a biblioteca ambulante que circulavam nos bairros do Recife a noite.

Recordo somente uma menina magrinha, apaixonada por livros e sem dinheiro para os comprar, aguardando ansiosa a noite que o grande **ônibus da Biblioteca Ambulante da Prefeitura acampava no circular Campo Grande**[...] E às seis da noite ela estava lá, iluminadíssima, novinha, as coleções dos livros intactas, belas, encadernadas, e tudo aquilo tinha um perfume que era que era mais do que simples cheiro de papel: antes uma promessa do que seria o mergulho no sonho, o encontro com aqueles seres extraordinários que escreviam coisas lidas e que eu descobriera maravilhada (Luzilá Gonçalves Ferreira apud. VERRI, 2010, p.25)

Já nas discotecas, era possível ter acesso a músicas eruditas e da cultura local; apresentação de concertos musicais e peças teatrais para o povo, na maioria das vezes em praça pública, e o cinema popular. Todas essas atividades culturais trouxeram profundas modificações na vida cultural e social na cidade do Recife.

Wilton de Souza fora um dos jovens contemplado pelas ações do DDC. Em suas tardes, após sair das aulas do Liceu de Artes e Ofício, onde cursava o colegial, transitava pela Avenida Guararapes até chegar no Edifício dos Bancários. Nele, pegava o elevador até chegar ao andar da Discoteca Pública. Ao entrar na Discoteca, deparava-se com um mobiliário moderno, praticamente todo em madeira, eram estantes repletas de livros, poltronas confortáveis, além de um gaveteiro com várias gavetas cheias de fichinhas. Pegava uma das fichas e entrava em uma das quatro cabines existentes no local. Nesse novo ambiente, equipado com ar condicionado e ornado com desenhos a bico de pena feitos por Manuel Bandeira que retratavam Chopin, Bach, Beethoven e

Debussy, “grandes” compositores, solicitava ao programador, através de um alto-falante disponível no local, a música descrita na ficha que escolheu (ABRANTES, 1948, pp. 24 e 25).

O DDC ganhou o prestígio e a admiração dos moradores dos subúrbios recifenses, pessoas que muitas vezes não tinham acesso à cultura regional, nacional ou até mesmo, mundial. O Departamento possibilitou uma maior aproximação da população de baixa renda, que passou a ter acesso à leitura de livros; músicas de diferentes estilos; visita a exposições de artes plásticas: escultura, fotografia e pintura. Essas eram práticas já bem desenvolvidas em grandes centros urbanos tais como Nova York e Paris. Para Regueira Costa, o povo recifense, seja ele pobre ou rico, tinha direito a ter acesso à cultura.

Por diversas divergências políticas, o Departamento de Documentação e Cultura passou por inúmeras dificuldades financeiras, chegando até a cogitarem a sua extinção no ano 1955. As críticas eram direcionadas principalmente ao seu diretor José Césio Regueira Costa (1945-1955), que passou quase catorze anos na condução do Departamento. Durante o período em que esteve a frente do DDC, ele conseguiu trazer uma nova proposta para vida cultural da cidade, sobretudo nas áreas menos favorecidas. Os programas culturais desenvolvidos pelo DDC durante muitos anos proporcionaram a criação de bibliotecas populares em bairros periféricos; discotecas onde era possível ter acesso a músicas eruditas e folclóricas; apresentação de concertos musicais e peças teatrais para o povo, na maioria das vezes em praça pública; o cinema popular e o turismo popular, que oferecia excursões com preços mais acessíveis aos menos favorecidos economicamente.

Muitas jornalistas e políticos discordavam da volta de José Césio Regueira, alegando a elitização da cultura proposta por ele, que não conseguiu adentrar no gosto literário do povo. O diretor da DDC em defesa as críticas que lhe foram feitas afirmou que não é porque são bibliotecas populares destinadas ao povo que iriam ser planejadas com os piores materiais e obras literárias sem qualidade (PARAÍSO, 1997).

A defesa feita por José Césio Regueira corrobora com a suspeita de que a ação das elites recifense, representada pelo DDC, estava preocupada em integrar o seguimento popular, preservando, segundo a sua mentalidade, a personalidade nacional e politicamente hegemônica. O intelectual aparece como uma espécie de ‘embaixador universal’ para dar voz a um povo que embora tivesse a sua cultura e seus gostos literários, era tomado como incapaz de tomar as rédeas de seu destino e realizar suas escolhas (VERRI, 2010).

Em 1957, o Departamento de Documentação e Cultura passou a oferecer cursos, concertos da orquestra sinfônica do Recife e cinema nas ruas. Em 1958 a discoteca pública recebeu nova pilhagem de som, que ficou reconhecida como um das mais modernas do país. No entanto, no final dos anos 1950 os escassos recursos financeiros foram retardando as ações de melhoria e manutenção dos serviços oferecidos pelo departamento. Esses fatos geraram muitos comentários nos periódicos de grande circulação no Recife, e para sanar tal situação, foram ofertados cursos de instrumentos de música em 1959 e neste mesmo ano foi autorizada, por lei, a criação de uma biblioteca no Engenho do Meio e outra em Campo Grande, ambas nunca saíram do papel (VERRI, 2021).

Em 1959, Miguel Arraes torna-se prefeito do Recife, após um conturbado processo eleitoral, e José Césio Regueira é afastado do cargo, que ficou sobre o comando Hermilo Borba Filho. Arraes, com projetos de transformar o DDC em Secretaria de Educação, devolve ao Governo do Estado os espaços ocupados pelas bibliotecas de Santo Amaro e Encruzilhada, e transfere ambos os acervos para outras bibliotecas, cujos edifícios pertenciam à Prefeitura, tais como: as bibliotecas de Casa Amarela e Afogados (VERRI, 2021). Paralelo a isso, o DDC convoca os artistas e intelectuais para participarem do Movimento de Cultura Popular (MCP), que era liderado por Germano Coelho. O Movimento foi criado em maio de 1963, no Sítio da Trindade, localizado no bairro de Casa Amarela. Com uma proposta inovadora, o MCP defendia desenvolver todas as virtualidades do ser humano através da Educação integral tendo como base a ação comunitária, além disso, buscou elevar o nível cultural do povo, preparando-o para a vida e o trabalho.



Departamentos e Divisões compunham a estrutura do MCP, entre os quais figuravam o Departamento de Documentação e Informação e o Departamento Difusão e Cultura. Neste contexto, ganharam espaços a implementação de praças de cultura e as bibliotecas como partes de um projeto informal de educação (CUNHA; GÓES, 1985).

Para Cunha e Góes (1985), o movimento de cultura popular só surge quando as relações de poder começam a ser favoráveis aos setores populares e desfavoráveis aos setores das elites. Esta nova situação caracteriza, de modo genérico, a realidade atual de muitas capitais brasileiras, no caso particular de Pernambuco, primeiramente em Recife, logo depois em todo o Estado. O Movimento atingiu proporções inéditas. Em Recife, e posteriormente em Pernambuco, as forças populares e democráticas lograram se fazer representar através dos governos que se intitulavam populares. Neste sentido a partir da década de 1960 percebe-se uma forte congruência política/cultura popular. O MCP foi a consequência das vitórias eleitorais da Frente do Recife, que com muita maestria foram costuradas por Miguel Arraes, Pelópidas Silveira e outras lideranças de movimentos populares. A frente do Recife, congregando as forças progressistas e alguns seguimentos liberais conservadores, permitiu um programa de democratização do poder decisório em Pernambuco.

Na perspectiva de Chrispino,

O grande desafio do administrador público é produzir políticas de longo prazo, com visão prospectiva e capacidade de agregar valores substantivos, sem deixar de atender aos direitos dos cidadãos e aos deveres mínimos da administração pública, qualquer que tenha sido o motivo causador: pela incompetência, descompromisso, omissão, desorganização, falta de planejamento, desvios de finalidade, equívoco na definição de prioridades etc., sempre culpa do governo anterior ou do antecessor que ocupava a cadeira. (CHRISPINO, 2016, p. 43).

Ressalta-se, contudo, que esse papel desempenhado pelo Departamento não é apenas fruto da vontade dos governantes, posto que a garantia de promoção e de proteção da cultura encontrava respaldo na Constituição brasileira de 1946, conforme preceitua seu art. 174: “O amparo à cultura é dever do Estado.” Essa obrigação imposta ao poder público pela norma maior, vincula a necessidade de implementação de políticas culturais.

### **Considerações finais**

As atividades realizadas pelo Departamento de Documentação e Cultura e pelos órgãos que o antecederam, visando o desenvolvimento da prática cultural dos recifenses, notadamente daqueles pertencentes às camadas mais pobres da sociedade, se por um lado demonstra a importância do papel do Estado frente à consecução do exercício da cidadania, por outro revela os efeitos negativos das mudanças ocorridas com a troca dos governantes.

Para se referir ao poder e prestígio que os indivíduos ganham pela apropriação material ou simbólica dos bens culturais, Bourdieu elabora o conceito de capital cultural. Na sua teoria, a cultura legitima, ao conferir poder e status aos sujeitos, passa a ser considerada um instrumento de distinção. Os indivíduos seriam classificados a partir do tipo de bem cultural que consomem, produzem ou apreciam.

Desse modo, as bibliotecas populares foram construídas e desenvolvidas conseguindo sobreviver durante alguns anos, constituindo assim, um fato inédito para a vida cultural da cidade que possibilitou em um curto espaço de tempo o planejamento e a idealização da criação de bibliotecas populares. A empolgação com que realizaram as ações foi poucas vezes encontradas no cenário político e social da cidade.

O DDC, enquanto formulador e implementador de políticas públicas voltadas ao acesso à educação através da cultura oportunizou aos moradores do Recife um encontro com a própria identidade de ser humano. Até o final do século

XIX essas pessoas sequer poderiam usufruir dos bens públicos de uso comum do povo, como as praças e parques, cujo ingresso era limitado por grades, de sorte que apenas os privilegiados poderiam deles apropriar-se.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. (org). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

ABRANTES, Jorge. “**A Discoteca Municipal**”. Contraponto. Ano II, N. 7. Recife, março de 1948, p. 24 e 25.

ARRAIS, Raimundo. **Recife, culturas e Confrontos**. Natal: EDUFERN, 1998.

AZEVEDO, J. M. Lins de. **A educação como política pública**. 3. ed. –Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: Cecília Azevedo. [et al.] (Orgs.) **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, 2007.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas : estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4.ed. São Paulo: edusp, 2003.

CÂNDIDO, Antônio. **Vários escritos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011

CÂNDIDO, Antônio. **O direito a literatura no livro Vários escritos**. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CHARTIER, R. **Do livro à leitura**. In: Práticas da leitura [sob a direção de Roger Chartier]. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

CHARLE, C. História das elites e método prosopográfico. 2006. In: HEINZ, F. M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1: artes de fazer. 20ª Ed. São Paulo: Vozes, 2013.

COSTA, Marisa Vorraber. Estudos culturais e educação – um panorama. In SILVEIRA, Rosa Maria Hessel (Org). **Cultura, poder e educação: um debate sobre os estudos culturais em educação**. 2ª ed. Canoas, Ed. da ULBRA: 2011.

COUCEIRO, Sylvia Costa. **Artes de viver a cidade:** conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos de 1920. Recife, tese de Doutorado em história. UFPE, 2003.

COUCEIRO, Sylvia. Entre festas, passeios e esportes: o Recife no circuito das diversões nos anos de 1920. In BARROS, Natália; REZENDE, Antônio Paulo; SILVA, Jailson Pereira . **Os Anos 1920:** histórias de um tempo. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

CHRISPINO, Alvaro. **Políticas Públicas:** uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo.** São Paulo: Edusp, 2009.

FERRARO, A. R. **História inacabada do analfabetismo no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves. Sobre um tempo, sobre um livro. Prefácio. In: VERRI, Gilda. **Templários da ausência em bibliotecas populares.** Recife: ed. Universitária, 2010.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930. História e historiografia.** 4a edição. São Paulo: Brasiliense, 1976.

GODOY, Miriam Adalgisa Bedim; POLON, Sandra Aparecida Machado. (orgs) **Políticas públicas na educação.** Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017.

GOMES, Alfredo Macedo. Políticas públicas, discurso e educação, In: GOMES, Alfredo Macedo. (org.) **Políticas públicas e gestão da educação.** São Paulo: companhia das letras, 2011.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Cidade vermelha:** a experiência democrática no pós Estado Novo Recife, 1945 -1955. Tese de doutorado em história, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

LINS, A. M. GREGO; Lira, A. P. A. **A Imprensa Recifense e a luta contra os regimes de exceção no século XX.** In: MARQUES DE MELO, José (org.). Síndrome da Mordação: mídia e censura no Brasil. 1ed. São Bernardo do Campo - SP: Metodista Editora (Universidade Metodista de São Paulo), 2007, v. 01.

MARROQUIM, Dirceu S.M. História de um navio holandês (1939): antecipações do turismo em Pernambuco. In CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valéria Lima; MAGALHÃES Aline Montenegro. **Histórias do Turismo no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2013, p.197-209.

MAURÍCIO, Ivan; CIRANO, Marcos; ALMEIDA, Ricardo. **Arte popular e dominação: o caso de Pernambuco 1961-1977.** Recife: alternativa, 1978.

MÜLLER, F. **Fragmento (sobre) o Poder Constituinte do Povo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A vida cultural no Recife**. Hist. cienc. saúde-Manguinhos [online]. 2008, vol.15, n.4. Disponível em: <http://>. Acesso em: 15 nov. 2021.

PANDOLFI, D. C. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984.

PAZ, Raissa Alves Colaço. **Preocupações artísticas: o caso do atelier coletivo da sociedade de Arte Moderna do Recife**. Dissertação de Mestrado em história. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2015.

PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife de nas décadas de 1930 a 1950**. Recife: Editora da UFPE, 2001.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **O Recife: história de uma cidade**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000, fascículo 08, p.59.

REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. **O Recife: História de uma Cidade**. Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 2002.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Documentário do tricentenário da restauração pernambucana 1854 -1954**. Recife. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learnig, 2013.

SINGER, Paul . **Economia política da urbanização**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980

SOUZA, Fábio José. **O movimento de cultura popular no Recife (1959 – 1964)**. Dissertação em história. São Paulo: programa de pós-graduação em história, Universidade de São Paulo (USP), 2014.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O Movimento e a Linha: presença do Teatro de Estudantes e do gráfico amador no Recife (1946 -1964)**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

VAINSENER, Semira Adler. **Ingleses em Pernambuco**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br>. >. Acesso em: 10 de junho de 2021.

SUAIDEN, Emir. **A biblioteca pública no contexto da Sociedade da Informação**. Brasília, Ciência da Informação, v.29, n.2, mai/ago 2000.